



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### VOTO DG

**RELATORIA:** DIRETORIA-GERAL - DG

**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

**NÚMERO:** 004/2022

**OBJETO:** Avaliação de compatibilidade locacional visando a fornecer subsídios ao Ministério da Infraestrutura acerca da emissão de autorizações ferroviárias

**ORIGEM:** Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER

**PROCESSOS:** 50500.122334/2021-11

**PROPOSIÇÃO PF-ANTT:** TERMO DE REUNIÃO N. 00013/2021/PF-ANTT/PGF/AGU

**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO - DIRETORIA COLEGIADA

#### 1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de proposta de declaração de compatibilidade locacional com demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas, visando a construção e exploração de estrada de ferro entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, bem como na Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, do Ministério da Infraestrutura.

#### 2. DOS FATOS

2.1. A Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, dispôs sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, bem como instituiu o Programa de Autorizações Ferroviárias, estabelecendo que, previamente à deliberação sobre a outorga da autorização, o Ministério da Infraestrutura deve ouvir a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, cabendo a esta Autarquia a apreciação da compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas, conforme dispositivos transcritos a seguir:

"(...)

CAPÍTULO II

DAS FERROVIAS EXPLORADAS POR AUTORIZAÇÃO

Seção I

Da competência para autorização

Art. 6º A exploração indireta do serviço de transporte ferroviário federal, mediante outorga por autorização, será formalizada em contrato de adesão, com prazo determinado, por pessoa jurídica requerente ou selecionada mediante chamamento público e pela União, por meio do Ministério da Infraestrutura.

§ 1º O prazo do contrato de autorização de que trata o caput deve ter duração máxima de noventa e nove anos, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos, desde que a autorizatória, para cada pedido de prorrogação:

I - manifeste prévio e expresso interesse; e

II - esteja com a infraestrutura ferroviária em operação.

§ 2º O prazo da autorização de que trata o caput será proposto pela requerente ou fixado no ato de chamamento público, observado o limite de que trata o § 1º.

§ 3º O início da operação ferroviária do objeto de autorização deverá ocorrer no prazo previsto em cronograma, prorrogável a critério do Ministério da Infraestrutura, mediante solicitação da autorizatória.

Seção II

Do requerimento de autorização

Art. 7º O interessado em obter a autorização para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário, em novas ferrovias ou em novos pátios ferroviários, pode requerê-la diretamente ao Ministério da Infraestrutura, a qualquer tempo.

§ 1º O requerimento deve ser instruído com, no mínimo:

I - minuta do contrato de adesão preenchido com os dados técnicos propostos pelo requerente;

II - estudo técnico da ferrovia, com, no mínimo:

a) a indicação do traçado total da infraestrutura ferroviária pretendida;

b) a configuração logística e os aspectos urbanísticos e ambientais relevantes;

c) as características básicas da ferrovia com as especificações técnicas da operação compatíveis com o restante da malha ferroviária; e

d) o cronograma estimado para implantação ou recapacitação da infraestrutura ferroviária; e

III - certidões de regularidade fiscal do requerente.

§ 2º Conhecido o requerimento de autorização de que trata o caput, o Ministério da Infraestrutura deverá:

I - analisar a convergência do objeto do requerimento com a política nacional de transporte ferroviário;

II - publicar o extrato do requerimento, inclusive em seu sítio eletrônico;

III - deliberar sobre a outorga da autorização, ouvida a ANTT; e

IV - publicar o resultado da deliberação e, em caso de deferimento, o extrato do contrato.

§ 3º A ANTT deverá avaliar a compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas, de modo a subsidiar o Ministério da Infraestrutura para a deliberação sobre o requerimento de autorização.

§ 4º Verificada a incompatibilidade locacional, o requerente deverá apresentar solução técnica adequada para o conflito identificado.

§ 5º Nenhuma autorização será negada pelo Ministério da Infraestrutura, exceto nas hipóteses de:

I - inobservância ao disposto nesta Medida Provisória e em seu regulamento;

II - incompatibilidade com a política nacional de transporte ferroviário; ou

III - motivo técnico-operacional relevante devidamente justificado.

Art. 8º A necessidade de inclusão de acesso ferroviário na faixa de domínio de outra ferrovia, inclusive para acessar portos, ferrovias ou outras infraestruturas essenciais, ou para transpor barreiras topográficas ou áreas urbanas não inviabilizará a outorga por autorização.

(...)"

2.2. Baseado na supracitada Medida Provisória, o Ministério da Infraestrutura editou a Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, e estabelece um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período, para a ANTT apresentar manifestação em relação à compatibilidade locacional das infraestruturas ferroviárias requeridas, nos seguintes termos:

"(...)

Art. 2º Para os fins desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

I - compatibilidade locacional: possibilidade técnica de implantação geométrica da infraestrutura ferroviária requerida por meio de autorização considerando as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas que interceptem o traçado diretriz da ferrovia requerida;

(...)

Art. 6º Recebido formalmente todos os documentos elencados no art. 5º, o Ministério da Infraestrutura deverá:

I - publicar em seu sítio eletrônico, em até 10 (dez) dias úteis, o aviso do requerimento;

II - analisar a convergência do objeto do requerimento com a política pública do setor ferroviário; e

III - deliberar sobre a outorga da autorização, ouvida a ANTT.

§ 1º Após a publicação do aviso do requerimento pelo Ministério da Infraestrutura, o requerente poderá em até 8 (oito) dias úteis, solicitar correções ou ajustes na minuta de contrato de adesão ou no estudo técnico apresentado.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º pode ser prorrogado, desde que o requerente solicite expressamente, com a fundamentação que motivou o pedido.

§ 3º A análise do Ministério da Infraestrutura sobre o pedido da prorrogação de que trata o § 2º deve ocorrer em até 10 (dez) dias.

Art. 7º Conhecido o requerimento de autorização, o Ministério da Infraestrutura solicitará da ANTT a avaliação, em até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período, da compatibilidade locacional da ferrovia requerida, para subsidiar a deliberação sobre o requerimento de autorização conforme inciso III do art. 6º.

§ 1º A avaliação de que trata o caput verificará a existência de conflito entre o traçado da ferrovia requerida e as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas.

§ 2º O Ministério da Infraestrutura poderá solicitar apoio de suas entidades vinculadas para a execução de análises técnicas necessárias à deliberação sobre a outorga de autorização.

(...)"

2.3. Nesse sentido, considerando o disposto nos normativos mencionados acima, no que tange à competência para análise de compatibilidade locacional, o Ministério da Infraestrutura encaminhou à ANTT os presentes autos, contemplando solicitação apresentada pela Rumo S/A, para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro no trecho entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos, com extensão aproximada de 249,2 km (duzentos e quarenta e nove quilômetros e duzentos metros).

2.4. O processo foi analisado pela Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER, que apresentou manifestação final por meio do RELATÓRIO À DIRETORIA SEI Nº 713, de 13 de janeiro de 2022 (SEI nº 9371037), concluindo pela compatibilidade locacional da proposta de implantação da infraestrutura ferroviária descrita acima.

### 3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Por meio do OFÍCIO Nº 1380/2021/SE, de 24 de dezembro de 2021 (SEI nº 9314575), o Ministério da Infraestrutura encaminhou à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o requerimento apresentado pela Rumo S/A, para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro no trecho entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos, com extensão aproximada de 249,2 km (duzentos e quarenta e nove quilômetros e duzentos metros).

3.2. Tal requerimento consta da Carta nº 21/JUR-REG/CC/2021, de 07 de dezembro de 2021 (SEI nº 9314578), e foi analisado pela Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER na NOTA TÉCNICA SEI Nº 7635/2021/COAPI/GEPEF/SUFER/DIR, de 13 de janeiro de 2022 (SEI nº 9370943), da qual se extrai o que segue:

"(...)

## 2. HISTÓRICO

(...)

2.3. O Anexo Processo SEI nº 50000.035500/2021-73 ¶314578) apresenta as tratativas referentes ao aludido requerimento no Ministério, conforme descrito a seguir.

2.3.1. Por meio da Carta nº 21/JUR-REG/CC/20211, de 07 de dezembro de 2021, a empresa RUMO S.A. submeteu ao MInfra, requerimento para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro, localizada entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT a Água Boa/MT, com extensão aproximada de 249,2 (duzentos e quarenta e nove vírgula dois) quilômetros, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos. Anexos à referida Carta foram enviados os seguintes elementos: minuta do contrato de adesão, estudo técnico da ferrovia, certidões de regularidade fiscal, e arquivo kmz com o esboço inicial do traçado da malha ferroviária requerida, inclusive para os fins de análise de viabilidade locacional do pedido.

2.3.2. Por intermédio da Nota Informativa nº 28/2021/AUT-FER/DTFER/SNTT, de 15 de dezembro de 2021, o Departamento de Transporte Ferroviário (DTFER), da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT) do MInfra, declarou estar a documentação apresentada pelo requerente "apta para a publicação do extrato de requerimento e submissão à análise de compatibilidade locacional" e entendeu que "o processo pode ser encaminhado para a ANTT".

2.3.3. Referindo-se à mencionada Nota Informativa, por meio do Ofício nº 3896/2021/SNTT, de 15 de dezembro de 2021, a SNTT/MInfra indicou que o processo poderia ser encaminhado à ANTT, para análise da compatibilidade locacional.

2.3.4. Em 23 de dezembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Autorização, onde o MInfra "conheceu o requerimento da empresa RUMO S.A., CNPJ nº 02.387.241/0001-60, de autorização para construção e exploração de Estrada de Ferro localizada entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, pelo prazo de 99 anos".

(...)

## 4. ANÁLISE

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 7º da MP nº 1.065/2021, que determina que a ANTT deverá avaliar a compatibilidade locacional da ferrovia requerida e, conforme encaminhamento do Ministério da Infraestrutura por intermédio do Ofício nº 1380/2021/SE ¶314575), apresenta-se a seguir a análise de compatibilidade locacional do trecho, nos termos do disposto na citada Medida Provisória e na Portaria nº 131/2021, conforme apresentado nos itens 3.3 e 3.5 desta Nota Técnica.

4.2. De acordo com o projeto proposto pela RUMO S.A., a ferrovia pretendida, denominada como Ferrovia Alô Brasil/MT – Água Boa/MT (Estrada de Ferro ABAB), terá uma extensão estimada em 249,2 km (duzentos e quarenta e nove vírgula dois) quilômetros e interligará a localidade de Alô Brasil, no município de Bom Jesus do Araguaia/MT ao município de Água Boa/MT. Segundo o Requerimento de Autorização Ferroviária, a interessada informa que o projeto proposto "terá um papel importante na logística da produção agrícola do estado do Mato Grosso que, integrada à malha ferroviária existente, poderá complementar a logística estadual e nacional com mais opções para o produtor rural".

4.3. Em consonância com o informado nos documentos da empresa RUMO S.A., a ferrovia requerida destina-se ao escoamento de granéis agrícolas, produtos industrializados, granéis líquidos e fertilizantes. A requerente ressalta que o "estado do Mato Grosso é, atualmente, o maior produtor de granéis agrícolas do Brasil" e que grande parte "deste volume é carregado nos navios através do Porto de Santos, sendo que a Rumo possui sinergias logísticas que proporcionam maior eficiência e menor custo para o transporte do estado até o porto".

4.4. A ferrovia pretendida cruzará 4 (quatro) municípios do estado do Mato Grosso, sendo Bom Jesus do Araguaia, Ribeirão Cascalheira, Canarana e Água Boa. Conforme relatado pela requerente, será "implantado ao menos um terminal de tráfego rodoferroviário, capaz de receber as cargas originadas no campo destinadas à exportação". Esse terminal ficará localizado no município Bom Jesus do Araguaia/MT e receberá cargas da produção do agronegócio, como soja, milho e farelo de soja, com destino à exportação e receberá fertilizantes advindos de importação.

(...)

4.6. Nesse sentido, com vistas a verificar a situação geométrica do traçado da infraestrutura ferroviária requerida e a existência de outras infraestruturas implantadas ou em implantação no eixo da ferrovia pretendida, consultou-se o arquivo "Água Boa-Alô Brasilkmz" enviado no âmbito do processo protocolado no MInfra sob o número 50000.035500/2021-73 e, na sequência, o Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário (SAFF), instituído pela [Resolução ANTT nº 2.502/2007](#), para identificação de ferrovias implantadas.

(...)

4.8. Da consulta realizada no SAFF identificou-se que a única ferrovia implantada que adentra o estado do Mato Grosso é a FERRONORTE, conforme apresentado na Figura 3, com marco inicial no cruzamento do Rio Paraná em Aparecida do Taboado/MS, se estendendo até Rondonópolis/MT, cuja outorga é concedida à Rumo Malha Norte S.A. (RMN), desde 1989, com prazo de concessão de 90 anos.

(...)

4.9. Ainda no estado de Mato Grosso, em fase de projeto, tem-se a primeira etapa da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), que será executada pela Vale S.A. no âmbito da prorrogação antecipada do Contrato de Concessão relativo à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), celebrado com a ANTT por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato da VALE. Essa etapa do projeto da FICO é parte integrante da EF-354, nomeada Ferrovia Transcontinental, que atualmente está em construção e conectará a cidade de Mara Rosa, em Goiás, até Água Boa, no Mato Grosso. Esta, por sua vez, se conectará com a Ferrovia Norte Sul em Mara Rosa, subconcedida à Rumo Malha Central (RMC).

4.10. A Figura a seguir, foi elaborada a partir do arquivo com extensão "kmz" enviado pela requerente, e apresenta, de forma aproximada, os traçados das infraestruturas ferroviárias existentes e da ferrovia objeto do pleito em tela. Segundo o projeto proposto pela empresa RUMO, o trecho requerido poderá ter impacto com a ferrovia em implantação da FICO, no município de Água Boa/MT, contudo não é possível afirmar com precisão como será essa intervenção/encontro.

(...)

4.11. Há de se ressaltar que os traçados referentes às ferrovias existentes baseiam-se em informações georreferenciadas obtidas do SAFF na data da elaboração desta Nota Técnica, e na Declaração de Rede ANTT - 2017.

4.12. Ademais, a apreciação desta área técnica se restringiu à dimensão de compatibilidade locacional. Portanto, não foi objeto desta análise os demais aspectos relacionados na MP

1.065/2021, bem como da Portaria nº 131/2021, do Ministério da Infraestrutura, para fins de autorização da exploração da ferrovia requerida, por entender que esses normativos não atribuem a esta Agência tais avaliações.

4.13. Diante do exposto, essa área técnica entende, tomando como base referencial exclusivamente a localização geométrica e geográfica do traçado da ferrovia requerida (trecho Bom Jesus do Araguaia/MT - Água Boa/MT), da ferrovia implantada (FERRONORTE) e em implantação (FICO) na região, não haver conflito entre o traçado do projeto objeto do pleito em tela e as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas e, desse modo, conclui por existir compatibilidade locacional do empreendimento.

4.14. Por fim, **avalia-se como dispensável para o caso em tela, salvo melhor juízo, a análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF/ANTT** tendo em vista se tratar de matéria eminentemente técnica, relativa à manifestação da Agência quanto à compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas. Tal entendimento está consubstanciado no termo de reunião de assessoramento jurídico constante do processo administrativo 50500.098414/2021-31.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Em consonância com o exposto nesta Nota Técnica, após apreciação dos documentos supracitados, constante no Processo Administrativo nº 50000.035500/2021-73, essa área técnica manifesta o entendimento pela conformidade da compatibilidade locacional do trecho entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, conforme requerido pela empresa RUMO S.A.

(...)"

3.3. De acordo com a conclusão da área técnica, observa-se a conformidade da compatibilidade locacional do trecho entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, conforme requerido pela Rumo S/A, tendo sido ainda destacada a dispensa de análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF-ANTT, posto se tratar de matéria eminentemente técnica, entendimento corroborado pelo TERMO DE REUNIÃO N. 00013/2021/PF-ANTT/PGF/AGU, de 29 de setembro de 2020 (SEI nº 9370974).

#### 4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Diante do exposto, VOTO por declarar, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, bem como do artigo 7º, § 1º, da Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, do Ministério da Infraestrutura, a compatibilidade locacional com as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas, do requerimento de construção e exploração de estrada de ferro entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, objeto de solicitação da empresa Rumo S/A, consoante minuta de Deliberação ora apresentada (SEI nº 9556817).

**RAFAEL VITALE**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VITALE RODRIGUES, Diretor Geral**, em 20/01/2022, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9556401** e o código CRC **270C689C**.

Referência: Processo nº 50500.122334/2021-11

SEI nº 9556401

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)